

## Proporção de estudantes com acesso a programas de financiamento atinge menor patamar desde 2013



Reprodução

*A razão de estudantes do ensino superior com algum tipo de financiamento atingiu o menor patamar desde 2013. Dos mais de 6,9 milhões de alunos matriculados em instituições privadas, apenas 38,1% têm acesso ao custeio ou recebem bolsas de estudos, sejam elas integrais ou parciais. É o que mostra o Censo da Educação Superior 2021, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).*

O percentual de estudantes beneficiados registrou aumento até 2018, chegando a 46,8%. Desde então, a proporção tem sofrido uma queda, especialmente entre os anos de 2020 e 2021, quando a taxa caiu de 44,7% para 38,1%. Essa baixa esteve acompanhada pela redução nos níveis de matrícula do Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa Universidade para Todos (Prouni), que chegaram ao menor nível da década. Para se ter uma ideia, em 2014, 53% dos estudantes matriculados no ensino superior privado tinham acesso ao Fies. Já em 2021, esse índice foi de apenas 8%. A proporção de estudantes com bolsas do Prouni tem oscilado, chegando aos 25% das matrículas em graduações em 2011 e caindo para 17% em 2021. Por outro lado, as IES privadas são responsáveis por 75% dos benefícios concedidos aos estudantes. Em 2021, 2.047.340 alunos matriculados receberam o auxílio direto das instituições.

"Os dados do Censo são importantes justamente para a gente identificar a tendência das políticas. Tanto o Fies quanto o Prouni tiveram aumento no número de ofertas, mas houve uma diminuição na ocupação. Então, são interessantes esses dados para que a gente analise as causas e tome ações efetivas. Nos últimos dois anos, a gente teve a proposta de alteração tanto do Prouni quanto do Fies, que vão ser refletidas *a posteriori*, nos próximos

censos", considerou o secretário adjunto da Secretaria do Ensino Superior (Sesu), Eduardo Gomes Salgado.

Responsáveis pela maioria do número de matrículas (76,9%), as organizações privadas acreditam que a ampliação do financiamento público é um dos caminhos para democratizar o acesso às graduações. "As IES privadas têm sido o principal motor da expansão do ensino superior nas últimas décadas. No entanto, entendemos que o poder público deve aumentar a sua participação. Quanto mais recursos para programas como o Fies e o Prouni, mais estudantes serão beneficiados e poderão cursar a graduação com qualidade e segurança. A questão financeira não pode ser uma barreira que impeça o início e a conclusão da educação superior, mas essa é uma realidade", frisou o presidente da AMIES, Inácio de Barros Melo Neto.

**PNE** - Os dados do Censo da Educação Superior também apontam que o Brasil não alcançará a meta para o ensino superior indicada no Plano Nacional de Educação (PNE). Na reta final do ciclo de dez anos, que termina em 2024, o ritmo de crescimento está aquém do que foi proposto.

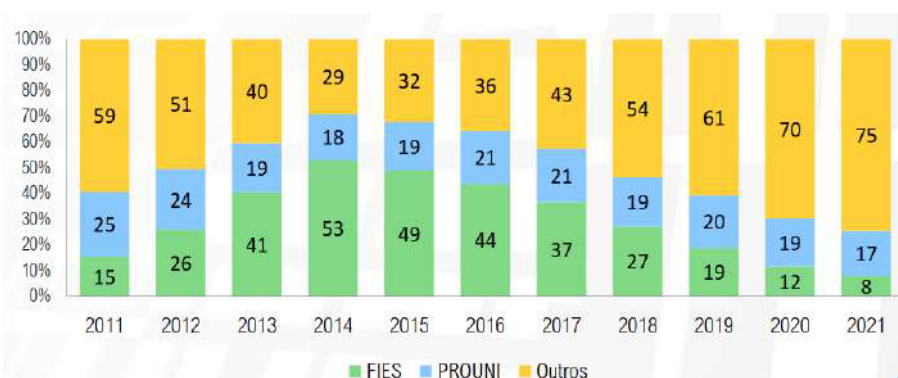
A Meta 12 do plano pretende que estudantes com idades entre 18 e 24 anos representem 50% do universo de matrículas para graduações (a chamada taxa bruta) e que, pelo me-

nos, 33% de todos os brasileiros com essa idade estejam cursando ou tenham concluído o ensino superior (taxa líquida de escolarização). O Censo 2021 mostra que a taxa bruta de matrículas foi de 39,3% e a taxa líquida de escolarização foi de 24%. "Para alcançar a meta, nós teríamos que aumentar em 2,5 milhões de matrículas na educação superior. Dado o atual estágio de crescimento anual, nós gastaríamos em média 10 anos para atingir essa meta", salientou o presidente substituto do Inep, Carlos Moreno. "Essa uma questão que só poderá ser resolvida se antes resolvermos os problemas de trajetória irregular que nós temos na educação básica", refletiu.

**Crescimento** - A educação à distância segue em expansão no Brasil. No ano passado, dos 3,94 milhões de estudantes que ingressaram no ensino superior, 62,8% optaram pela modalidade, registrando um crescimento de 23,3% em relação ao ano anterior, enquanto os cursos presenciais sofreram uma redução de 16,5%. Desde 2020, o número de matrículas de alunos iniciantes em cursos remotos já era maior que os de graduação presenciais, tanto em instituições públicas quanto privadas. A tendência já havia sido confirmada em 2019 nas IES privadas. Para ser ter uma ideia da ampliação do EaD no país, em 2011, a modalidade representava apenas 18,4% entre os alunos iniciantes. Nos últimos dez anos, o crescimento foi de 474%.

"Esse é um caminho sem volta. A nossa preocupação,

## MATRÍCULAS NA REDE PRIVADA TIPOS DE FINANCIAMENTO



## TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA E LÍQUIDA BRASIL 2012-2021



Fonte: Inep/MEC

enquanto responsáveis pela fiscalização desses cursos, é garantir a qualidade do ensino, com uma graduação adequada para o mercado de trabalho", explicou Vandir Chalegra Cassiano, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres). "Esses cursos foram autorizados com base na legislação, observando todos os requisitos necessários para o funcionamento", frisou.

O Censo mostrou ainda que as instituições privadas têm papel fundamental no acesso ao ensino superior no país. Das 8,98 milhões de matrículas realizadas em 2021, 76,9% foram feitas na rede privada, um aumento de 3,5% em relação a 2020. O percentual é ainda maior entre os ingressantes (87,5%) e concluintes (83,5%).

**Dados** – O Censo é uma importante fonte de informação sobre a situação e as tendências da educação superior brasileira. A pesquisa tem o objetivo de guiar as políticas públicas do setor. Além de subsidiar a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas da educação superior, o censo contribui para o cálculo de indicadores de qualidade, como o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC).

Atualmente no país, há 2.574 instituições de ensino superior. A rede privada representa 87,8% do mercado, com 32.229 cursos autorizados e em funcionamento. Das mais de 22 milhões de vagas ofertadas, 96,4% estão nas IES particulares.

## MERCADO

▶ **Ânima** obteve liminar para MEC analisar abertura de cursos de medicina. A companhia pretende abrir novas graduações de medicina nos *campi* que possui distribuídos no país. No total, o grupo tem 80 unidades, sendo que 14 já têm cursos de medicina.

▶ Grupos de ensino não conseguem reajustar mensalidades e **ampliação do Fies** é opção vista com cautela.

▶ Consolidados na oferta de pós-graduações, **hospitais expandem sua atuação** no ensino superior e incluem cursos de graduação no portfólio.

▶ Universidades particulares brasileiras firmam **parcerias em Portugal**. IES querem facilitar mobilidade entre os países, trocar experiências e ampliar as pesquisas. Mas há entraves, como a dificuldade para validação de diplomas obtidos no Brasil.

▶ O ensino superior privado no Brasil pode render até R\$ 42 bilhões por mês para as instituições de ensino.

▶ **Ânima** busca receita com *campi* multiuso em unidade ociosa. Grupo educacional tenta reduzir o seu endividamento em um cenário de alta dos juros.

▶ Dados dos censos e do Enem refletem **ampliação** da oferta e das matrículas na educação superior.

## MEC homologa diretrizes curriculares de medicina sobre cuidados paliativos



Patty Brito/Unsplash

O Ministério da Educação homologou, no início de novembro, o parecer da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE), que altera as Diretrizes Nacionais Curriculares (DCNs) dos cursos de medicina. As adições tratam sobre o tema de cuidados paliativos.

"O CNE reconhece, por meio das diversas manifestações realizadas por médicos paliativistas, que o aluno de graduação em medicina deve receber formação e treinamento sobre competências específicas, abrangendo a comunicação compassiva e efetiva com pacientes, gerenciamento de dor e outros sintomas, princípios e boas práticas de cuidados paliativos, bem como os critérios de indicação para cuidados paliativos precoces (ao diagnóstico de doença ameaçadora de vida) e indicação e manejo de cuidados de fim de vida, incluindo, além do controle de sintomas de sofrimento físico, a abordagem de aspectos psicossociais, espirituais e culturais dos cuidados e também identificando riscos potenciais de luto complicado", sustentou no parecer a comissão instituída para analisar os aspectos regulatórios, avaliativos e de

expansão da formação médica no Brasil.

A pauta foi apresentada pela organização Casa do Cuidar, com o apoio da Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP), durante o ano de 2021. "O tema dos cuidados paliativos, por sua relevância, deve estar associado à gestão da saúde e às DCNs dos cursos de graduação em medicina, principalmente pela imensa repercussão na assistência à saúde e nos direitos a essa assistência à sociedade e ao desenvolvimento de terapias, já em prática em muitos países, em relação aos quais o Brasil está atrasado", ressaltou a comissão até então formada pelos conselheiros Maurício Eliseu Costa Romão (presidente), Marília Ancona Lopez e Robson Maia Lins (relatores), Aristides Cimadon, Anderson Luiz Bezerra da Silveira e Luiz Roberto Liza Curi (membros). O colegiado também recebeu manifestações de parlamentares e de profissionais da saúde. O voto da comissão foi aprovado, por unanimidade, pela CES.

A resolução, publicada no Diário Oficial da União, entrará em vigor em 1º de dezembro.

## Novos membros do CNE tomam posse e elegem presidente para mandato de dois anos



O ministro da Educação Victor Godoy deu posse aos novos membros do Conselho Nacional de Educação (CNE), para o mandato de quatro anos. "Tenho certeza de que vocês todos continuarão contribuindo com a educação, principalmente com conhecimento técnico-científico", salientou Godoy.

Os novos integrantes da Câmara de Educação Superior (CES) são o doutor em Educação e reitor da Universidade La Salle (Canoas/RS), Paulo Fossatti; a doutora em Ciências da Saúde e reitora da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Luciane Bisognin Ceretta; Elizabeth Regina Nunes Guedes, que atua no setor de ensino superior privado; o doutor em Ciência Política e ex-secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC, Henrique Sartori de Almeida Prado; o doutor em Direito, professor e conselheiro da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), André Guilherme Lemos Jorge; e o doutor em matemática, professor e secretário de Educação Básica do MEC, Mauro Luiz Rabelo, que também já foi secretário de Educação Superior (Sesu/MEC).

O doutor André Guilherme Lemos Jorge foi um dos indicados pela AMIES.

Já na Câmara de Educação Básica (CEB), os novos membros são a doutora em Ciências da Educação e professora Leila Soares de Souza Perusolo; a doutora em Educação, Márcia Teixeira Sebastiani; e doutora em educação e ex-secretária de Educação Básica do MEC, Ilona Maria Lustosa Becskehazy Ferrão de Souza.

Na ocasião, os conselheiros elegerem o novo presidente do órgão. Luiz Roberto Liza Curi ocupará a função por dois anos.

O CNE tem por missão a busca democrática de alternativas e mecanismos institucionais que possibilitem, no âmbito de sua esfera de competência, assegurar a participação da sociedade no desenvolvimento, aprimoramento e consolidação da educação nacional de qualidade. O órgão de Estado auxilia o Ministério da Educação na formulação e avaliação da política nacional de educação, zelando pela qualidade do ensino, pelo cumprimento da legislação educacional e pelo benefício público, devendo afastar-se do interesse de grupos econômicos.

## BALANÇO DO 3º TRIMESTRE

▶ Receita da **Kroton** volta a crescer depois de três anos e meio. A base de alunos aumentou 12%, para 984,6 mil.

▶ **Ser Educacional** sai de lucro para prejuízo líquido de R\$ 30,3 milhões. A receita líquida foi de R\$ 398,6 milhões, em alta de 20,2%.

▶ **Vitru** registra lucro líquido de R\$ 35,8 milhões, um avanço de 12 vezes em base anual. Entre julho e setembro, receita líquida da companhia totalizou cerca de R\$ 400,8 milhões.

▶ Lucro líquido da **Yduqs** cai 80%, com aumento de despesas financeiras. De acordo com a administração, o resultado reflete "o cenário macroeconômico desafiador", principalmente nas praças onde se concentram as operações.

▶ Lucro da **Afya** cresce 38%, para R\$ 80,4 milhões. A receita líquida do grupo educacional avançou 28%, no período, para R\$ 580,5 milhões.

▶ **Ânima** tem lucro líquido de R\$ 12,8 milhões, uma queda de 87,3% em base anual.

▶ O Lucro líquido da **Cruzeiro do Sul** cai 71,8%, para R\$ 3,8 milhões. Receita líquida ficou em R\$ 496,3 milhões entre julho e setembro, um crescimento de 13,4% na comparação anual.



A Capes irá divulgar os resultados da Avaliação Quadrienal 2017-2020 entre os dias 12 e 23 de novembro. Os recursos poderão ser enviados exclusivamente pelo [Protocolo Digital](#) em até 15 dias úteis após a publicação, seguindo o modelo do Anexo I da [Portaria 185/2019](#), junto com a documentação exigida.



O Inep espera realizar mais de oito mil avaliações *in loco* em 2022. Até outubro, foram feitas 6.562 avaliações na modalidade virtual e 687, na presencial. O balanço compreende a finalização de 7.249 visitas.



Por meio da [portaria 893](#), o MEC alterou regras pontuais de cursos de medicina no âmbito do Programa Mais Médicos. A norma institui procedimentos de monitoramento com a finalidade de verificar as condições para o credenciamento e o funcionamento de IES privadas, ou campus fora de sede, bem como para a autorização de funcionamento de cursos de graduação em medicina.

## Seres normatiza a divulgação da situação cadastral de instituições de ensino superior

Por meio da [portaria 879](#), a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) normatizou a divulgação do cadastro das Instituições de Ensino Superior (IES) em seus sites, suas redes sociais e em propagandas televisivas. De acordo com o MEC, a iniciativa visa facilitar o acesso dos estudantes ao sistema federal de ensino no Sistema e-MEC, assim como o acesso às notas e à situação cadastral das IES.

A regra define que a apresentação será feita por meio de um *QR Code*, juntamente com um *banner* do MEC - fornecido pela Seres -, que

redirecionará para o cadastro da IES no Sistema e-MEC. O *QR Code* e o banner deverão, obrigatoriamente, ser inseridos pela instituições integrantes do sistema federal de ensino, em área de destaque fixa em seu próprio site, suas redes sociais e em propagandas televisivas próximo à logomarca ou nome fantasia. As instituições têm o prazo máximo de 20 dias úteis, a contar da data de disponibilização do *QR Code* e do *banner*, para promover a adequação necessária em seu site e demais mídias em atividade. A ausência desses itens será considerada irregularidade administrativa.

## AMIES dá as boas-vindas às novas associadas

Comprometida com a educação superior de qualidade no país, a AMIES recebe duas novas associadas: a Anbar Ensino Técnico e Superior - mantenedora da Faculdade Ceres (Faceres) e do Instituto Superior de Educação (ISE-Ceres) - e a A.B. Instituto Internacional de Ciências Sociais - mantenedora da Faculdade de Tecnologia Jardim (Fatej). Fundada em fevereiro de 2020, a AMIES reúne mantenedoras independentes,



sem ligação com grupos econômicos, e atua em colaboração com o Poder Público para aprimorar o marco regulatório da educação superior e incentivar o ensino, a ciência, a tecnologia, a inovação, a pesquisa e a extensão.

### EXPEDIENTE

**Presidente:** Inácio de Barros Melo Neto | **Vice-presidente:** Ricardo Benedito de Oliveira | **Diretor administrativo:** Alexandre José Braga Chaddad | **Diretor Técnico:** Fernando Passos | **Conselho de Administração:** Gervásio Meneses de Oliveira, Getúlio Américo Moreira Lopes e José Luiz Cintra Junqueira | **Conselho Fiscal:** Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior, Clóvis Fecury e Francisco Leal Salles Neto | **Jornalista Responsável:** Dulce Mesquita (DRT 4425/PE)